

O Sénado mal inspirado

Herbert Levy *

E de lamentar profundamente que a Câmara Alta do Brasil tenha deliberado, em primeiro turno, a supressão do dispositivo constitucional que limita os juros no País a 12% a.a.

Como que equivale a renunciar a um status civilizado em matéria de custo do dinheiro. Ou, em outras palavras, completada essa mudança, teríamos a legalização dos juros de agiotagem, que tanto têm dificultado a vida das empresas do País.

Mas, pior ainda, na hora em que o presidente Fernando Hen-

rique Cardoso caiu em si, nada menos do que quatro anos após iniciado o desrespeito permanente ao texto constitucional e anunciou, em visita à Alemanha, que até o fim do ano as taxas de juros no Brasil cairão a 10% ou 12% ao ano! E quando o governo se empenha efetivamente na redução das taxas, augurando o retorno do Brasil ao seio das nações civilizadas.

O Senado parecia o ambiente menos provável para uma iniciativa desse tipo porque o cres-



cimento da inadimplência das empresas tem nele uma grande repercussão.

É preciso fazer votos para que a iniciativa não prospere. Aliás, o próprio presidente Fernando Henrique deveria opor-se a ela, justamente na hora em que o governo está evidentemente empenhado na volta aos limites constitucionais de juros.

A afirmativa feita na Alemanha está evidentemente a caminho da confirmação, como seria de esperar de um chefe de go-

verno com as qualidades morais do nosso. A aprovação, intramuros, sem discussões, só pode ter sido à revelia do presidente, comprometido no caminho certo, e não deixa de constituir um fato grave e do completo desagrado da opinião pública.

Dirigentes do Senado têm se portado bem quando da discussão dos grandes problemas do momento, como as reformas institucionais. Como explicar, então, a surpresa da aprovação em 1º turno?

Confiamos em que o repúdio virá porque ele é imposto pelo realismo e pelo bom senso e não podemos cancelar um texto que demonstra nosso empenho em

ficarmos na companhia das nações civilizadas.

Não dá para entender bem o que aconteceu para permitir uma aprovação intramuros, sem nenhum aviso prévio, como se fosse medida com quase unanimidade na opinião pública. Confiemos em que tudo não passará de um pesadelo, devidamente neutralizado.

Nos últimos anos tem crescido a presença dos bancos estrangeiros no País. É claro que não é por isso que corremos o risco do retrocesso indesculpável da taxa de juros. ■

*Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.